**APLICABILIDADE DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL ÀS CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS EM PERNAMBUCO**

George da Mota Passos Neto1, Emilia Kohlman Rabbani2 e Rodolfo Valdes-Vasquez3

1,2*Universidade de Pernambuco*

*georgepassos@gmail.com*

*emilia.rabbani@upe.br*

3*Colorado State University*

*rodolfo.valdes\_vasquez@colostate.edu*

**RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo geral identificar indicadores de sustentabilidade social aplicáveis em construtoras de edificações de grande e médio porte na Região Metropolitana do Recife. Esta pesquisa possui caráter exploratório e seus resultados foram obtidos por levantamento de dados, através de entrevistas semiestruturadas. Dessas entrevistas detectou-se uma conscientização em relação ao nível de importância dos indicadores sociais selecionados, no entanto, de uma maneira geral, eles ainda não são influentes nas tomadas de decisões das empresas na mesma proporção de seus níveis de importância. Destacaram-se os indicadores relativos à não discriminação e ao uso de trabalho infantil ou forçado, que apesar da importância reconhecida, são poucos influentes nas decisões, no entanto são considerados de fácil obtenção. Sendo assim, esta pesquisa disponibiliza indicadores aplicáveis à realidade local, facilitando tomadas de decisões comprometidas com o aspecto social da sustentabilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sustentabilidade social. Indicadores de sustentabilidade. Construção Civil. Edificações.

**ABSTRACT**

The objective of this work is to identify social sustainability indicators applicable to large and medium-sized construction companies in the metropolitan region of Recife. This research has exploratory character, and its results were obtained by data collection, through semi-structured interviews. From these interviews, an awareness of the level of importance of the selected social indicators was detected, however, in general, they are not yet influential in the company's decision making in the same proportion of their importance levels. Also noteworthy are the indicators related to non-discrimination and the use of child or forced labor, which, despite their acknowledged importance, have little influence on decisions, but are considered easily obtainable. Thus, this research provides indicators applicable to the local reality, making companies more committed to the social aspect of sustainability.

**KEYWORDS:** Social sustainability. Sustainability indicators. Construction. Buildings.

**INTRODUÇÃO**

A indústria da construção civil é uma das muitas que devem utilizar práticas de responsabilidade social. Ainda mais, é reconhecida como um dos principais e mais importantes setores industriais do mundo, representando dentre cinco e sete por cento do produto interno bruto na maioria dos países, justificando mais ainda a importância de considerar os fatores sociais nesse setor (KENNY, 2007).

No entanto, a indústria da construção tende a ter uma reputação de baixa qualidade de serviço, e um histórico de quebra de promessas contratuais (WOOD; MCDERMOTT; SWAN, 2002). Além disso, a construção civil é responsável por, aproximadamente, dezessete por cento de acidentes fatais ou, aproximadamente, 60.000 mortes por ano mundialmente (KENNY, 2007).

Na medida em que a indústria envolve processos de produção complexos e sem padronização que estimulam informações assimétricas entre clientes e fornecedores e em função das suas muitas ligações estreitas com o governo, não é surpresa que a construção seja frequentemente considerada como uma das indústrias mais corruptas mundialmente (KENNY, 2007). Juntamente com alguns outros setores que se caracterizam pelo trabalho intensivo, o setor da construção é associado com a sonegação de impostos e com problemas sociais (GRAAFLAND, 2004).

Portanto, observa-se há a necessidade de adotar-se um novo modelo de desenvolvimento para uma indústria de tamanha importância. Apesar de ser um tema contemporâneo, desde 1969, já há 50 anos atrás, o termo “desenvolvimento sustentável” já era definido como desenvolvimento econômico para gerações atuais e futuras que não compromete os recursos do planeta nem os organismos biológicos (US CONGRESS, 1969).

Pouco depois, em 1987, o famoso relatório de Brundtland ampliou a abrangência do termo, transformando-o em um termo mais qualitativo, complexo, multidimensional e intangível (SIERRA; PELLICER; YEPES, 2015). Dessa maneira, o conceito de desenvolvimento sustentável transformou-se em um desenvolvimento que considera os aspectos econômicos, sociais e ambientais, sem comprometer a oportunidade de desenvolvimento das gerações futuras nem a vida no planeta (ONU, 1987).

De acordo com Nijkamp e Soeteman (1988), a sustentabilidade ambiental refere-se à habilidade do ecossistema em manter, ou melhorar, sua qualidade e alcançar uma situação estável à longo prazo, apesar das mudanças de curto prazo.

Já a sustentabilidade econômica refere-se à um sistema de produção que satisfaça os níveis de consumo atual sem comprometer as necessidades futuras, levando em consideração as restrições ambientais e de custos (KHAN, 1995). Mais recentemente, Said, Osman e Shafiei (2009) entendem sustentabilidade econômica como a busca para maximização do fluxo de renda, que pode gerar e manter o estoque de ativos, obtendo resultados benéficos.

A sustentabilidade social já recebeu definições variadas (AZMI et al., 2018). Uma das definições mais populares é a que se refere ao enfoque ás pessoas, no sentido de manter e melhorar o bem-estar das pessoas nas futuras gerações (BORRINI-FEYERABEND, 1997).

Objetiva-se com este trabalho identificar indicadores de sustentabilidade social aplicáveis às construtoras de edificações de grande e médio porte, com mais de 100 funcionários, na Região Metropolitana do Recife (RMR).

Para tal, o trabalho foi estruturado com os seguintes objetivos específicos: Compilar e escolher o conceito de sustentabilidade que será aplicado neste estudo; compilar e selecionar indicadores sociais utilizados mundialmente para avaliação das empresas locais; levantar dados nas construtoras relativos às suas percepções de valor e status de coleta atual de cada um dos indicadores selecionados; e estabelecer priorização entre os indicadores previamente selecionados.

**ASPECTO SOCIAL DA SUSTENTABILIDADE**

Apesar da grande influência das edificações no âmbito da sustentabilidade, o aspecto social tem sido negligenciado quando comparado com os econômicos e ambientais (KOHLMAN RABBANI; PEREIRA; CRUZ, 2017). No entanto, o aspecto social é reconhecido como componente fundamental, pois aborda principalmente a combinação do espaço físico com enfoque na qualidade de vida dos intervenientes que interagem com a construção (AZMI et al., 2018).

As moradias são de extrema importância para o aspecto social. Os lares não podem ser considerados apenas como abrigo para os residentes, mas como uma necessidade social básica que pode fornecer uma melhora na qualidade de vida, distribuição de capital, empoderamento social, acessibilidade, identidade cultural e segurança. Portanto, sustentabilidade social nas habitações é de fundamental importância para sociedade (AZMI et al., 2018).

A não inclusão dos aspectos sociais nos empreendimentos estão associados a uma série de riscos, como comprometimento em alcançar os resultados adequados do projeto, a médio prazo, e possuir efeitos colaterais que podem pôr em risco a qualidade de vida das próximas gerações (LEHMANN et al., 2013; NADERPAJOUH et al., 2014; SIERRA; PELLICER; YEPES, 2015).

O conceito de sucesso de um projeto é desenvolvido para estabelecer critérios e normas pelas quais os gestores do projeto possam completá-los de forma a obter resultados favoráveis. No entanto, este conceito tem-se mantido ambiguamente definido entre os profissionais da construção. Muitos gestores de projetos ainda observam esse tema de forma intuitiva e por conta própria tentam controlar e alocar recursos entre várias áreas de projeto (FREEMAN; BEALE, 1992).

No estudo de Li et al. (2019), os autores questionam a intenção original da construção de megaprojetos públicos justamente pela relativo baixo nível de sustentabilidade social encontrado.

No panorama regional, não foi encontrada nenhuma divulgação acerca do desempenho social das construtoras de origem da Região Metropolitana de Recife (RMR), seja através dos relatórios anuais de sustentabilidade, ou qualquer outro meio. Sendo assim, este trabalho se mostra de grande importância para expor a situação atual de como aspecto social é levado em consideração por essas empresas, servindo de base para tomadas de decisões futuras, que passem a incluir, de maneira mais eficiente, esse aspecto.

**GLOBAL REPORTING INITIATIVE**

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização não governamental internacional, cuja missão é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade utilizadas voluntariamente por empresas do mundo todo. Essa organização tem focado suas atividades no desenvolvimento de um padrão de relatório que aborde os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental das organizações (GRI, 2014).

Diante da grande variedade de estudos desenvolvidos acerca da sustentabilidade social, a *Global Reporting Initiative* conseguiu aglomerar em suas diretrizes para elaboração de relatórios sustentáveis a ampla gama dos stakeholders envolvidos nos processos empresariais. Sendo assim, esses indicadores foram selecionados para teste de aplicabilidade nas construtoras locais.

Os aspectos da sustentabilidade social dos Padrões GRI estão subdivididos em 19 tópicos diferentes, totalizando 40 indicadores, de acordo com a Tabela 1 (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2016h, 2016a, 2016i, 2016j, 2016k, 2016l, 2016m, 2016n, 2016q, 2018a, 2018b, 2016p, 2016b, 2016c, 2016d, 2016e, 2016f, 2016g, 2016o):

Tabela - Tópicos e Indicadores Sociais dos Padrões GRI

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **TÓPICO** | **CÓDIGO** | **INDICADOR** |
| **Emprego** | 401-1 | Novas contratações de funcionários e rotatividade de funcionários |
| 401-2 | Benefícios oferecidos a funcionários em tempo integral que não são fornecidos a empregados temporários ou em regime de meio período |
| 401-3 | Licença parental |
| **Gestão das Relações Trabalhistas** | 402-1 | Prazos mínimos de aviso prévio em relação a mudanças operacionais |
| **Saúde e Segurança Ocupacional** | 403-1 | Sistema de gestão de saúde ocupacional e segurança |
| 403-2 | Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes |
| 403-3 | Serviços de saúde ocupacional |
| 403-4 | Participação do trabalhador, consulta e comunicação sobre saúde e segurança ocupacional |
| 403-5 | Treinamento de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional |
| 403-6 | Promoção da saúde do trabalhador |
| 403-7 | Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente ligados por relações comerciais |
| 403-8 | Trabalhadores abrangidos por um sistema de gestão de saúde ocupacional e segurança |
| 403-9 | Lesões relacionadas ao trabalho |
| 403-10 | Problemas de saúde relacionados ao trabalho |
| **Treinamento e Educação** | 404-1 | Média de horas de treinamento por ano por funcionário |
| 404-2 | Programas para melhorar as habilidades dos funcionários e os programas de assistência de transição |
| 404-3 | Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira |
| **Diversidade e Igualdade de Oportunidades** | 405-1 | Diversidade de órgãos de governança e funcionários |
| 405-2 | Taxa de salário básico e remuneração de mulheres para homens |
| **Não discriminação** | 406-1 | Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas |
| **Liberdade de Associação e Negociação Coletiva** | 407-1 | Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco |
| **Trabalho Infantil** | 408-1 | Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil |
| **Trabalho Forçado ou Compulsório** | 409-1 | Operações e fornecedores em risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou compulsório |
| **Práticas de segurança** | 410-1 | Pessoal de segurança treinado em políticas ou procedimentos de direitos humanos |
| **Direitos dos Povos Indígenas** | 411-1 | Incidentes de violações envolvendo direitos dos povos indígenas |
| **Avaliação de direitos humanos** | 412-1 | Operações que foram submetidas a revisões de direitos humanos ou avaliações de impacto |
| 412-2 | Treinamento de funcionários sobre políticas ou procedimentos de direitos humanos |
| 412-3 | Acordos e contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos |
| **Comunidades locais** | 413-1 | Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento |
| 413-2 | Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais |
| 413-3X | Número de pessoas voluntária e involuntariamente deslocado e / ou reembolsado por desenvolvimento, dividido por projeto |
| **Avaliação Social Fornecedores** | 414-1 | Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios sociais |
| 414-2 | Impactos sociais negativos na cadeia de suprimentos e ações tomadas |
| **Políticas públicas** | 415-1 | Contribuições Políticas |
| **Saúde e Segurança do Cliente** | 416-1 | Avaliação dos impactos na saúde e segurança de categorias de produtos e serviços |
| 416-2 | Incidentes de não conformidade relativos a impactos na saúde e segurança de produtos e serviços |
| **Marketing e Rotulagem** | 417-1 | Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços |
| 417-2 | Incidentes de não conformidade relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços |
| 417-3 | Incidentes de não conformidade relativos a comunicações de marketing |
| 417-4X | Tipo e número de certificação de sustentabilidade, níveis de rating e rotulagem para nova construção, gestão, ocupação e desenvolvimento |
| **Privacidade do cliente** | 418-1 | Reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes |
| **Conformidade Socioeconômica** | 419-1 | Não cumprimento de leis e regulamentos na área social e econômica |

Fonte: Adaptado de Global Reporting Initiative (2016h, 2016a, 2016i, 2016j, 2016k, 2016l, 2016m, 2016n, 2016q, 2018a, 2018b, 2016p, 2016b, 2016c, 2016d, 2016e, 2016f, 2016g, 2016o).

**METODOLOGIA**

De acordo com a definição de Raupp e Beuren (2006), esta pesquisa se enquadra como pesquisa exploratória, que ocorre, normalmente, quando ainda há pouco conhecimento sobre a temática abordada. Busca-se, então, conhecer o assunto com maior profundidade, de modo a torná-lo mais claro e conduzir questões importantes durante a condução da pesquisa.

Para Gil (2002), a pesquisa exploratória se desenvolve com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Portanto, esse tipo de pesquisa é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. Que é, justamente, o caso desta pesquisa, onde pouco se é explorado acerca da sustentabilidade social na construção civil, ainda mais no contexto local.

A fim de alcançar o objetivo geral de identificar indicadores de sustentabilidade social aplicáveis em construtoras de edificações de grande e médio porte na Região Metropolitana do Recife (RMR), a pesquisa será feita com levantamento de dados, com as seguintes etapas: especificação dos objetivos; operacionalização dos conceitos e variáveis; elaboração do instrumento de coleta de dados; pré-teste do instrumento; seleção da amostra; coleta e verificação dos dados; análise e interpretação dos dados; apresentação dos resultados (GIL, 2002).

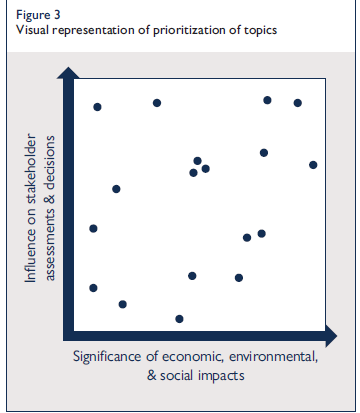
Para este trabalho, inicialmente, serão levados em consideração as seguintes características:

1. Para as empresas:
   1. Nome;
   2. Atuação;
   3. Locais de atuação;
   4. Quantidade de funcionários, com a seguinte consideração: microempresa, empresas com menos que 20 funcionários; pequena empresa, empresa que contém entre 20 e 99 funcionários; média para aquela que contenha entre 100 e 499 funcionários; e grande para empresas com mais de 500 funcionários;
   5. Quantidade de projetos em execução: quantidade de canteiros ativos, sinalizando obras em andamento;
   6. Certificações: ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001 (ISO, 2004, 2015; OHSAS PROJECT GROUP, 2007);
   7. Faturamento anual (ano anterior, 2018);
2. Para os entrevistados:
   1. Faixa etária: menor que 30 anos, entre 30 e 50 anos e maior que 50 anos;
   2. Gênero;
   3. Formação mais alta;
   4. Ano de conclusão;
   5. Formação na área sustentável;
   6. Tempo de atuação profissional;
   7. Cargo;
3. Para cada um dos indicadores selecionados:
   1. Nível de importância do indicador para empresa, a ser avaliada de acordo com a Escala Likert, onde:
      1. 5 = muito importante;
      2. 4 = importante;
      3. 3 = neutro;
      4. 2 = pouco importante;
      5. 1 = irrelevante.
   2. Grau de influência do indicador nas tomadas de decisões, a ser avaliada de acordo com a Escala Likert, onde:
      1. 5 = muitíssimo influente;
      2. 4 = muito influente;
      3. 3 = influente;
      4. 2 = pouco influente;
      5. 1 = irrelevante.
   3. Coleta da informação atual, por análise de frequência, com as seguintes opções de respostas:
      1. Já coleta de maneira similar ao GRI;
      2. Não coleta igual, mas conseguiria com pouco esforço;
      3. Não coleta igual, além de necessitar de muito esforço para coleta;
      4. Não aplicável.

A amostra será selecionada diante das empresas associadas na Associação de Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (ADEMI-PE), onde serão entrevistadas as empresas construtoras de edificações de médio ou grande porte, ou seja, que possuam mais que 100 colaboradores, atualmente.

Com a obtenção das informações dos indicadores, pretende-se explorar a percepção de valor dada à cada tópico e indicador pelas empresas locais. Desta maneira, observa-se quais dos indicadores selecionados para pesquisa são mais propícios de serem implementados em empresas construtoras de edificações verticais no estágio atual de desenvolvimento local. O próprio Global Reporting Initiative (2016) sugere a priorização dos indicadores de acordo com a Figura 1, que compara a percepção de valor do indicador em termos de importância dos impactos econômicos, ambientais e sociais (eixo horizontal), com a influência do indicador nas tomadas de decisões da empresa (eixo vertical).

Figura 1 – Representação visual da priorização dos tópicos



Nível de importância

Nível de influência nas decisões

Fonte: Adaptado do Global Reporting Initiative (2016).

**RESULTADOS**

O levantamento de dados, através das entrevistas semiestruturadas tiverem início em setembro de 2019, até o momento foram entrevistas 10% das empresas que se enquadram no universo da pesquisa: construtoras de médio e grande porte que atuam na Região Metropolitana do Recife. (RMR).

Dentre as 96 empresas associadas à ADEMI-PE, 28% não se ocupam com construção de edifícios (Figura 2), além do mais, das 69 empresas construtoras de edifícios, 47 (68%) possuem, atualmente, menos que 100 colaboradores. Sendo assim, o universo da pesquisa é definido pelas 22 empresas restantes (Figura 3).

Figura 2 - Ocupação das empresas associadas à ADEMI-PE.

Fonte: Autor (2019).

Figura 3 – Porte das construtoras associadas à ADEMI-PE, de acordo com quantidade de colaboradores.

Fonte: Autor (2019).

Os entrevistados responsáveis por disponibilizarem as informações foram gestores que tivessem amplo conhecimento do sistema de gestão da empresa, de preferência o responsável pelo setor de Sistema de Gestão Integrada, que atuassem na empresa há pelo menos 5 anos, de modo que já estivesse inserido e adaptado à cultura da empresa.

Inicialmente, foram realizadas algumas perguntas para verificar o conhecimento prévio do candidato e como a empresa enxerga a sustentabilidade, antes de apresentar os indicadores selecionados. Verificou-se uma grande limitação sobre a abrangência dos aspectos sustentáveis, onde grande parte dos itens citados, estão relacionados, principalmente, ao aspecto ambiental.

As definições de sustentabilidade apresentada pelos entrevistados, em sua maior parte, se assemelharam bastante com aquela apresentada no Relatório de Brundtland, sobre utilização dos recursos hoje, pensando no amanhã. No entanto, os mesmos apresentaram dificuldade em inserir o aspecto social se encaixa nessa definição.

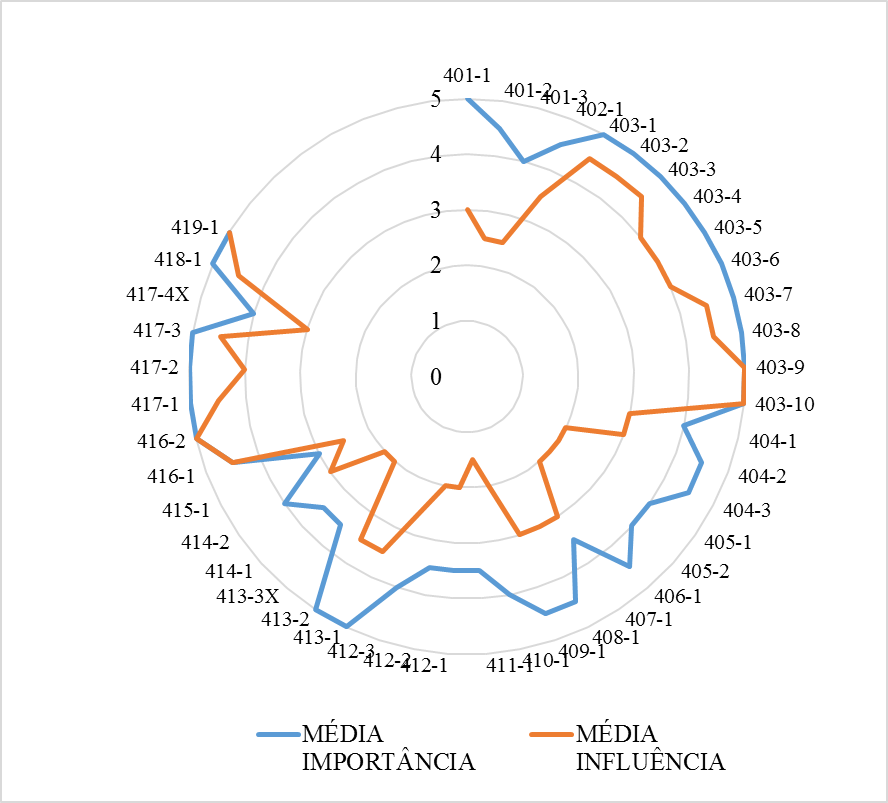
Antes de apresentar todos os tópicos abrangidos pela sustentabilidade social, os entrevistados variaram quanto a quais indicadores esperavam ser avaliados. Alguns ainda conseguiram ligar a consideração dos aspectos sociais ao cumprimento das leis e respeito aos direitos dos trabalhadores, o que abrange apenas o tópico de emprego. Enquanto outros, não tinham ideia de quais seriam os indicadores.

Quando perguntado quais indicadores sociais eram de seu conhecimento, indicadores relacionados ao tópico emprego e treinamento e educação foram citados, mais uma vez abrangendo apenas os funcionários da empresa.

No entanto, ao questionar quais ações sustentáveis a empresa já desenvolve atualmente, além de citar as ações sustentáveis no aspecto ambiental, como redução de resíduos por inovações nos processos e tecnologias racionalizadas (argamassa estabilizada, bloco cerâmico normatizado, central de trinchos), ações abrangendo às comunidades locais foram consideradas, como a disponibilização de uma parte do canteiro de obra para uso público.

Posteriormente, foram apresentados os 42 indicadores selecionados e coletados os dados de percepção de valor. Uma maneira de observar a priorização dos tópicos é através da Figura 4.2, onde observa-se uma linha com nível importância e outra com grau de influência nas decisões de cada um dos indicadores. De maneira geral, observa-se que a linha da influência, quando não está coincidente, está sempre abaixo da linha que representa o nível de importância. Dessa maneira, pode-se observar que apesar da conscientização da importância dos indicadores de sustentabilidade social, eles ainda não são levados em consideração, de acordo com a devida importância.

Figura 4.2 – Importância X Influência dos indicadores



Fonte: Autor.

Observa-se, ainda, de acordo com a Figura 4.2, que os únicos indicadores que foram considerados com máxima influência nas tomada de decisões estão inseridos nos tópicos de segurança e saúde ocupacional (403), segurança e saúde do cliente (416) e conformidade socioeconômica (419).

A influência desses tópicos nas tomadas de decisões está relacionada com a certificação de segurança e saúde ocupacional (OHSAS 18001), na qual as empresas são certificadas, e com a preocupação com o cliente final, responsável pelas vendas e receita da empresa, além das penalidades financeiras levadas em consideração no tópico de conformidade socioeconômica.

No entanto, quando analisados quais dos 42 indicadores já são coletados pelas empresas de maneira igual ao proposto pelo GRI, 10 foram unanimidades nas empresas entrevistas, que se enquadram nos tópicos de segurança e saúde ocupacional (403) e comunidades locais (413) – Tabela 2.

Sendo assim, apesar de considerarem tão influentes quanto importantes, os indicadores avaliação dos impactos na saúde e segurança de categorias de produtos e serviços (416-1), incidentes de não conformidade relativos a impactos na saúde e segurança de produtos e serviços (416-2) e não cumprimento de leis e regulamentos na área social e econômica (419-1), ainda não são controlados pelas empresas.

Tabela 2 – Indicadores já coletados pelas empresas entrevistadas.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| TÓPICO | CÓDIGO | INDICADORES | MÉDIA IMPORTÂNCIA | MÉDIA INFLUÊNCIA |
| Sáude e Segurança Ocupacional | 403-1 | Sistema de gestão de saúde ocupacional e segurança | 5 | 4,5 |
| 403-2 | Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes | 5 | 4,5 |
| 403-3 | Serviços de saúde ocupacional | 5 | 4,5 |
| 403-4 | Participação do trabalhador, consulta e comunicação sobre saúde e segurança ocupacional | 5 | 4 |
| 403-5 | Treinamento de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional | 5 | 4 |
| 403-6 | Promoção da saúde do trabalhador | 5 | 4 |
| 403-7 | Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente ligados por relações comerciais | 5 | 4,5 |
| 403-9 | Lesões relacionadas ao trabalho | 5 | 5 |
| 403-10 | Problemas de saúde relacionados ao trabalho | 5 | 5 |
| Comunidades Locais | 413-2 | Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais | 5 | 3,5 |

Fonte: Autor (2019).

Tabela 3 – Indicadores consideram como “obtenção com pouco esforço”.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| TÓPICO | CÓDIGO | INDICADORES | MÉDIA IMPORTÂNCIA | MÉDIA INFLUÊNCIA |
| Emprego | 401-1 | Novas contratações de funcionários e rotatividade de funcionários | 5 | 3 |
| 401-3 | Licença parental | 4 | 2,5 |
| Gestão das Relações Trabalhistas | 402-1 | Prazos mínimos de aviso prévio em relação a mudanças operacionais | 4,5 | 3,5 |
| Diversidade e Igualdade de Oportunidades | 405-1 | Diversidade de órgãos de governança e funcionários | 4 | 2 |
| 405-2 | Taxa de salário básico e remuneração de mulheres para homens | 4 | 2 |
| Trabalho Infantil | 408-1 | Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil | 4,5 | 3 |
| Trabalho Forçado ou Compulsório | 409-1 | Operações e fornecedores em risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou compulsório | 4,5 | 3 |
| Práticas de segurança | 410-1 | Pessoal de segurança treinado em políticas ou procedimentos de direitos humanos | 4 | 2 |
| Comunidades locais | 413-1 | Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento | 5 | 3,5 |
| Saúde e Segurança do Cliente | 416-1 | Avaliação dos impactos na saúde e segurança de categorias de produtos e serviços | 4,5 | 4,5 |
| 416-2 | Incidentes de não conformidade relativos a impactos na saúde e segurança de produtos e serviços | 5 | 5 |
| Marketing e Rotulagem | 417-3 | Incidentes de não conformidade relativos a comunicações de marketing | 5 | 4,5 |

Fonte: Autor (2019).

Excetuando-se os indicadores relacionados à saúde e segurança ocupacional e os que envolvem os clientes da empresa, que demonstraram tanto ser considerados importantes como exercer grande influência nas tomadas de decisões. Percebeu-se, também, que alguns dos indicadores, por falta de conhecimento de sua contribuição social, não são monitoradas e comunicadas adequadamente. Destacaram-se os indicadores relativos a não discriminação, ao uso de trabalho infantil e trabalho forçado ou compulsório e a diversidade e igualdade de oportunidades, que apesar da importância reconhecida, são poucos influentes nas decisões. Todavia, esses indicadores foram classificados como “obtenção com pouco esforço”.

**CONCLUSÃO**

Apesar do tardio interesse pelo aspecto social da sustentabilidade, percebe-se que, através de uma revisão na literatura, encontra-se vários autores preocupados com tal questão. Nas corporações, no entanto, esse conceito ainda não está devidamente difundido, ficando limitado a poucos tópicos, de acordo com a empresa.

Devido à falta de publicações das empresas locais acerca dos seus respectivos relatórios de sustentabilidade, não se podia ter uma noção de quanto esses conceitos, difundidos no mundo acadêmico, são colocados em prática, e levados em consideração, pelas construtoras que atuam na RMR.

Este trabalho propicia, portanto, um panorama da situação atual das empresas acerca da sustentabilidade social, na mesma medida que apresenta uma grande quantidade de tópicos relacionados ao assunto, que não era de conhecimento dessas empresas. Sendo assim, além de identificar quais indicadores já são utilizados pelas empresas, este trabalho permitiu identificar uma série de potenciais indicadores de sustentabilidade social para serem aplicados no contexto local, de acordo com seu nível de esforço para coleta.

Percebeu-se que a inclusão de indicadores que levam em consideração a segurança e saúde ocupacional e o cliente (usuário final) já eram do interesse das empresas realizarem o controle. No entanto, muitos outros aspectos relacionados à sustentabilidade social são negligenciados pela empresa.

Sendo assim, esta pesquisa identifica indicadores aplicáveis importantes, que com sua obtenção e controle, podem exercer maior influência nas tomadas de decisões, tornando as empresas mais comprometidas com o aspecto social da sustentabilidade.

**REFERÊNCIAS**

Azmi, W. N. S. W. M. et al., (2018). Housing Developer’s Perspective os Social Sustainability. Malaysian Construction Research Journal, v. 3, n. Special Issue 1.

Borrini-Feyerabend, G, (1997). Beyond Fences: Seeking Social Sustainability in Conservation. v. 1

Freeman, M.; Beale, P, (1992). Measuring project success. Project Management Journal, v. 23, n. 1, p. 8–17.

Gil, A. C, (2002). Projetos de Pesquisa Como Elaborar. Editora Atlas.

Global Reporting Initiative, (2016a). GRI 401: Employment. GRI Standards.

Global Reporting Initiative, (2016b). GRI 404: Training and education. GRI Global, v. GRI101, n. 1, p. 13.

Global Reporting Initiative, (2016c). GRI 405: Diversity and equal opportunity. GRI Standards.

Global Reporting Initiative, (2016d). GRI 406: No discrimination.

Global Reporting Initiative, (2016e). GRI 407: Freedom of association and collective bargaining. GRI Standards.

Global Reporting Initiative, (2016f). GRI 408: Child labor. GRI Standards.

Global Reporting Initiative, (2016g). GRI 409: Forced or compulsory labor. GRI Standards.

Global Reporting Initiative, (2016h). GRI 410: Security practices. GRI Global.

Global Reporting Initiative, (2016i). GRI 411: Rights of indigenous peoples. GRI Global.

Global Reporting Initiative, (2016j). GRI 412: Human rights assessment. GRI Standards.

Global Reporting Initiative, (2016k). GRI 413: Local communities.

Global Reporting Initiative, (2016l). GRI 414: Supplier social assessment. GRI Standards.

Global Reporting Initiative, (2016m). GRI 415: Public policy. GRI Standards.

Global Reporting Initiative, (2016n). GRI 416: Customer health and safety. GRI Standards.

Global Reporting Initiative, (2016o). GRI 417: Marketing and Labeling. p. 10.

Global Reporting Initiative, (2016p). GRI 418: Customer privacy. GRI Standards.

Global Reporting Initiative, (2016q). GRI 419: Socioeconomic compliance.

Global Reporting Initiative, (2018a) GRI 402: Labor/Management Relations. p. 1–8.

Global Reporting Initiative, (2018b) GRI 403: Occupational health and safety.

Graafland, J. J, (2004). Collusion, reputation damage and interest in codes of conduct: the case of a Dutch construction company. Business Ethics: A European Review, v. 13, n. 2–3, p. 127–142.

GRI, (2014) G4 Sustainability Reporting Guidelines - Reporting Principles and Standard Disclosures. Global Reporting Initiative.

GRI, (2016). Gri 101: fundamentos 2016 101.

ISO, (2004). IS0 14001: Environmental management systems — Requirements with guidance for useOrder A Journal On The Theory Of Ordered Sets And Its Applications.

ISO, (2015). ISO 9001:2015. International organization for standardization.

Kenny, C, (2007). Construction, Corruption, and Developing Countries. World Bank Policy Research, v. Working Pa.

Khan, M. A, (1995) Sustainable development: The key concepts, issues and implications. Keynote paper given at the international sustainable development research conference, 27–29 march 1995, Manchester, UK. Sustainable Development, v. 3, n. 2, p. 63–69.

Kohlman Rabbani, E. R.; Pereira, M. L.; Cruz, E. N, (2017) Sustentabilidade Social em Projetos de Construção. In: Sustentabilidade Urbana. 1 ed. ed. Recife: EDUPE. p. 61–84.

Lehmann, A. et al, (2013). Social aspects for sustainability assessment of technologies - Challenges for social life cycle assessment (SLCA). International Journal of Life Cycle Assessment, v. 18, n. 8, p. 1581–1592.

Li, H. et al, (2019). Social Sustainability Indicators of Public Construction Megaprojects in China. Journal of Urban Planning and Development, v. 144, n. 4, p. 04018034.

Naderpajouh, N. et al, (2014). Modeling Social Opposition to Infrastructure Development. Journal of Construction Engineering and Management, v. 140, n. 8, p. 04014029.

Nijkamp, P.; Soeteman, F, (1988). Ecologically Sustainable Economic Development: Key Issues for Strategic Environmental Management. International Journal of Social Economics, v. 15.

Ohsas Project Group, (2007). OHSAS 18001:2007 Sistema de Gestión en Seguridad y Salud Ocupacional – Requisitos. OHSAS Project group.

ONU, (1987). Brutland Report: Our Common Future. World Commission on Environment and Development.

Raupp, F. M.; Beuren, I. M, (2006). Metodologia da Pesquisa aplicável às ciências sociais. In: ATLAS (Ed.). . Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3o ed. Atlas.

Said, I.; Osman, O.; Shafiei, M, (2009). Sustainability in the Housing Development Among Construction Industry Players in Malaysia. The Journal of Global.

Sierra, L. A.; Pellicer, E.; Yepes, V, (2015) Social Sustainability in the Lifecycle of Chilean Public Infrastructure. Journal of Construction Engineering and Management, v. 142, n. 5, p. 05015020.

US Congress, (1969). National Environmental Policy Act of 1969 , as amended. Bill, v. 4, p. 9.

Wood, G.; McDermott, P.; Swan, W, (2002). The ethical benefits of trust‐based partnering: the example of the construction industry. Business Ethics: A European Review, v. 11, n. 1, p. 4–13.